

# O poder da morte e a agonia do jornalismo

Eduardo B. V. Meditsch\*

## RESUMO

O trabalho analisa alguns aspectos do "poder da morte" reclamado pelo Positivismo. Encurralado por este poder, o jornalismo, enquanto modo de produção, perde terreno e agoniza. Mas na perspectiva do trabalho, a agonia do jornalismo não ocorre por fatalidade; há uma finalidade por trás dela, contrapondo-se a outras finalidades. O autor defende a necessidade de se ter clareza a respeito dessa contradição.

## ABSTRACT

The text analyses some aspects of the "Power of the death" asked by Positivism. Corralled for that power, journalism, as way of production, loses itself ground and agonizes. But, in prospective of work, the agonize of journalism doesn't happen as fatality, there is and end behind it opposes itself to the other ends. The author defends the need to have the clearness about that contradiction.

\* *Professor do Departamento de Comunicação da UFSC e Coordenador do Programa Permanente de Pesquisa para a Democratização e o Aperfeiçoamento do Jornalismo (PPPJ), da Federação Nacional dos Jornalistas.*

Concluí a redação deste trabalho em dezembro de 1987, mas sustei a sua publicação devido à morte, dois meses depois, do professor Adelmo Genro Filho, meu colega na UFSC e autor de *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*.

A morte de Adelmo me fez reconhecer duas injustiças que o texto comete contra ele, com a arrogância e a leviandade tão comuns em nossa retórica intelectual de terceiro mundo, característica dos embates que dificilmente vão além do discurso: em primeiro lugar, critica sem em nenhum momento salientar a importância fundamental do livro de Adelmo para a compreensão do jornalismo.

Segundo, coloca-o em igualdade de condições com outra pessoa que, em grandeza intelectual, política, ética e humana, não poderia ser comparada a ele, embora por um privilégio de nascimento seja até mais influente.

Ressalvadas estas injustiças, as críticas que o texto faz a Adelmo permanecem válidas: toda vez que o pensamento dialético se apega a axiomas teóricos (que não o da dúvida), oculta a própria subjetividade ou nega aos indivíduos o direito de serem sujeitos da transformação do mundo, em nome de conceitos fixos como o de classe social, este pensamento cede ao positivismo.

E é o poder da morte embutido no positivismo, mais do que a obra de Adelmo Genro Filho, que este texto se propôs a criticar. Porque o poder da morte toma conta da nossa maneira de pensar, e ameaça não só ao jornalismo como a toda a produção humana e à própria espécie.

Abril de 1990

*"John Reed era do oeste, e para ele as palavras significavam o que diziam."*

1919, John dos Passos

## OS VIVOS E OS MORTOS

"Os vivos são sempre e serão cada vez mais governados pelos mortos." Na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, os transeuntes são diariamente submetidos a esta condenação do filósofo Augusto Comte, gravada em metal sobre um portão de um Templo Positivista, o único do Brasil. O Templo ficou fora de moda, pois o Positivismo, prescindiu dele espalhando seus fantasmas por instituições mais influentes. Mas a frase continua lá, para testemunhar a sua origem histórica.

A análise histórica costuma trazer pistas sobre a razão das idéias, e no caso do Positivismo, esta razão fica claramente associada ao surgimento do capitalismo e ao seu triunfo (MEDITSCH, 1986, p. 165-73). O estudo da linguagem acrescenta novas indicações, demonstrando que o discurso analítico, característico da ciência positiva, tem a sua origem no surgimento do comércio, e uma íntima relação com o desenvolvimento da economia mercantil (LEFÉBVRE, 1966, p. 320-1).

A reflexão sobre a linguagem costuma derrubar certezas, porque é através da linguagem que as certezas se manifestam (PRETI, 1982, p. 5). Isso não permite, no entanto, que a linguagem se transforme numa certeza acima das outras, que se torne um fenômeno social total (LEFÉBVRE, 1966, p. 285). O fenômeno social total é a cultura, que envolve tudo que o homem faz e se faz socialmente (VIEIRA PINTO, 1969, p. 124-36).

Dando-se neste processo de produção do homem pelo homem, e não simplesmente dada (BAKHTIN, 1986, p. 92), a linguagem denuncia uma fraude: não há papel ativo para a morte na cultura. Se isso é ocultado, é porque "os vivos são cada vez mais governados pelos mais vivos", como constatou o jornalista Aparício Torelly, o "Barão de Itararé" (KONDER, 1983, p. 44).

Este trabalho pretende analisar alguns aspectos deste "poder da morte" reclamado pelo Positivismo. Além do seu caráter mistificador das relações sociais, flagrado pelo humorismo do Barão, ele também se justifica num "poder através da morte", a nível metodológico, e num efetivo "poder de matar", em suas conseqüências práticas.

Encurralado por este poder e sem saber como enfrentá-lo, o jornalismo, enquanto modo de produção de representações da realidade diferentes das produzidas pela ciência positiva, perde terreno para ele. O "Projeto Folha", em execução num dos jornais mais importantes do país, não representa uma exceção, mas uma tendência, e diante dela o jornalismo agoniza.

A agonia do jornalismo, ao contrário do que o poder da morte apregoa, não ocorre por fatalidade. Há uma finalidade por trás dela, que se contrapõe a outras finalidades. Este trabalho conclui defendendo a necessidade de ter se clareza a respeito dessa contradição, na busca de uma coerência dialética que possa tornar os vivos "mais vivos".

## O PODER DA MORTE

O cérebro dos mortos, observou Marx, oprime o cérebro dos vivos. O primeiro aspecto do poder da morte a ser analisado é o desse suposto poder, governo ou opressão dos vivos pelos mortos. Se por um lado isto constitui a farsa denunciada pelo humorismo do Barão de Itararé, pelo ocultamento dos sujeitos opressores concretos, por outro lado reflete a realidade da acumulação capitalista.

Se é verdade que só depende dos homens vivos a construção do mundo humano, também é verdade que esse livre arbítrio dos indivíduos é limitado, historicamente, por um mundo humano já pré-existente e pela relação deste mundo com a natureza. No mundo humano do capitalismo, o trabalho dos mortos é apropriado por uma classe, sob a forma de trabalho morto, ou capital. Nessa perspectiva o poder dos mortos existe efetivamente, e é usado pela classe que dele se apropria para submeter os vivos.

No campo da produção ideológica, a acumulação capitalista aparece como acumulação de conhecimentos que se dá na ciência, na técnica (JAPIASSÚ, 1975, p. 51) ou na linguagem (LEFÉBVRE, 1966, p. 294) desenvolvidos sob o capitalismo. A eficácia dessa ciência, dessa técnica e dessa linguagem, que determinam-se mutuamente, na dominação da natureza e do homem, fazem com que aparentem ser a própria materialização da racionalidade humana, e rejeitem, por irracional, o que não se enquadra em seus princípios (JAPIASSÚ, 1975, p. 71).

O poder da morte, que oculta o poder real exercido na sociedade, oculta da mesma forma a subjetividade do conhecimento que produz. Ocultando essa subjetividade do conhecimento o poder da morte apresenta-o como uma realidade entificada, sobre-humana (VIEIRA PINTO, 1969, p. 126), em relação à qual não se pode ter ingerência, mas apenas a esperança de que, com a sua comprovada eficácia, venha e a resolver os problemas humanos (JUPIASSÚ, 1975, p. 77).

A entificação da cultura ocorre no processo de sua abstratificação (VIEIRA

PINTO, 1969, p. 126). Esta abstratificação é a abstratificação da mercadoria, praticada no cotidiano do processo social de produção, através de uma redução quantitativa que suprime a questão da qualidades das coisas (MARX, 1982, p. 33).

A redução quantitativa é o segundo aspecto do poder da morte: além de matar os sujeitos da cultura e do conhecimento, esse poder realiza-se através da morte dos objetos. Este aspecto é metodológico. O pensamento com fins práticos precisa "matar" o objeto porque toda a ação é unilateral, e para realizar-se necessita desconsiderar alguns momentos da realidade em função dos que são essenciais à ação (KOSÍK, 1986, p. 14-5).

A morte do objeto é inevitável no pensamento por dois aspectos. Primeiro, o fim prático de todo o pensamento, porque o conhecimento só ocorre em situações-problema (ALVES, 1987, p. 32), e essa unilateralidade da ação prática exposta acima. Segundo, pelo fato do pensamento se organizar, expressar e formalizar pela linguagem (VIEIRA PINTO, 1969, p. 191), em enunciados formais (BAKHTIN, 1986, p. 98).

Mortos sujeito e objeto, o poder da morte desenvolve a partir disso um sistema de relações entre as idéias capaz de estruturá-las numa representação coerente (VIEIRA PINTO, 1969, p. 65). Este sistema é a lógica formal, que encontra a sua mais alta expressão no ideal de matematização da realidade (VIEIRA PINTO, 1969, p. 160).

O caráter formal da lógica do poder da morte explica a preocupação desta lógica com a formalização da linguagem. A ciência passa a ser a boa gramática do mundo (VIEIRA PINTO, 1969, p. 165-7), apegada à norma morta da língua (BAKHTIN, 1986, p. 92), em nome de sua universalidade.

A universalidade da linguagem científica, porém, será igualmente formal, uma universalidade de direito mas não de fato, uma vez que cria uma incomunicação crescente entre os dialetos de suas diversas especialidades (JAPIASSÚ, 1975, p. 116). O poder da morte suprime o código geral da língua (LEFÉBVRE, 1966, p. 138-9), e assim mata a possibilidade de comunicação e entendimento.

A incomunicação se dá no movimento intrínseco à lógica formal, que caminha no sentido do esmiuçamento da realidade pela análise exaustiva, tendo por limite de perfeição um estado em que cada idéia corresponda a um só aspecto indivisível da realidade (VIEIRA PINTO, 1969, p. 166). Nesse sentido, quanto mais o poder da morte produz conhecimento, mais torna opaco o conhecimento (JAPIASSÚ, 1975, p. 87).

A crescente quantidade de conhecimento e sua simultaneamente opacidade é o que permite à ciência pôr fim às perguntas a que deve a sua existência (FEYERABEND, 1979, p. 259), e se transformar em mito (JAPIASSÚ, 1975, p. 25). Aceitos a morte do sujeito, pela objetificação, e a morte do objeto, pela formalização, o mistério da ciência é impenetrável.

A partir daí o conhecimento não se cria, resta a tarefa da sistematização. Ele está aí e deve-se tirar o máximo proveito dele, pelas múltiplas combinações que pode nos proporcionar pela dedução, até que elas se acabem (HIMMELHEBER, 1972, p. 19-20).

No entanto, a realidade não morre a não ser nas idéias formais que se tem a respeito dela (VIEIRA PINTO, 1969, p. 185), e a morte dos objetos é tão falsa quanto a dos sujeitos no processo de conhecimento. A ciência, para não morrer, se alimenta do novo da realidade viva, além de sistematizar ela cria, violando as suas próprias regras (FEYERABEND, 1979, p. 263), impossibilitada de explicar a criação através delas, pois a sistematização começa onde termina a criação

(BAKHTIN, 1986, p. 104).

A ciência nega o conhecimento novo, resiste a ele, e por fim o absorve como sempre tivesse feito parte dela (JAPIASSÚ, 1975, p. 147). A lógica formal se contradiz com a lógica histórica, o sincrônico com o diacrônico (BAKHTIN, 1986, p. 81). O poder da morte oculta isso com a ilusão do movimento, a justaposição de imagens paradas que cria o movimento no cinema (VIEIRA PINTO, 1969, P. 201). Mas esconde o projeto no fundo da sala escura de sua opacidade, de sua estrutura hierárquica e de seus argumentos de autoridade (JAPIASSÚ, 1975, p. 89), tomando inexplicável e inexpugnável o poder.

Mortos sujeito e objeto, a ciência assume a legitimidade conferida pela neutralidade da morte, a única possível. Diante da fatalidade, a finalidade não existe (VIEIRA PINTO, 1969, p. 215). A fatalidade, absoluta então, tende a se espalhar, e o poder da morte efetivamente mata, esse é o seu terceiro aspecto.

"A capacidade tecnológica do homem branco é o resultado da falta de consideração pelo modo de ser das coisas vivas", observou um indígena nos Estados Unidos (MCLUHAN, 1986, p. 110). "A construção de uma máquina exige menos gênio do que a criação de uma única formiga. O homem branco não construiu qualquer máquina que consiga preservar-nos da morte", observou um outro após conhecer a Europa (SCHEURMANN, 1984, p. 85-7). Na realidade, o poder da morte ampliou quantitativamente a vida em muitos aspectos, mas até hoje foi incapaz de transformar matéria inorgânica em matéria orgânica, embora faça aceleradamente o contrário.

O poder da morte tem custos e benefícios que não podem ser avaliados apenas quantitativamente. Envolvem questões de valor, mas o poder da morte não admite essa discussão, e dissolve estas questões em sua própria racionalidade. Toda a avaliação concernente às necessidades, sentimentos, normas morais e posições políticas são irracionais, desprovidas de sentido objetivo e devem ser rejeitadas.

O próprio homem, o poder da morte demonstra, é um mero acaso, um acidente na história natural do universo, não é necessário (JAPIASSÚ, 1975, p. 107). Neste quadro, não há nada mais irracional do que os desejos de encontrar felicidade e amor, e o bom senso aconselha a substituí-los pelos de alegria e prazer (FREIRE, 1987, p. 53), que o mercado de consumo, a outra face do poder da morte (JAPIASSÚ, 1975, p. 107), tem todas as condições de prover (MONTORO, 1973, p. 295).

## A AGONIA DO JORNALISMO

"Jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados", definiu Millôr Fernandes (KONDER, 1983, p. 63). O caráter político e conseqüentemente subjetivo da atividade jornalística costuma ser confirmado, mesmo que inconscientemente, pelos estereótipos da profissão, do tipo "quando o poder e a imprensa estão bem, o leitor está mal" (DIMENSTEIN, 1986, p.63).

Romântica e ingênua, esta visão tem sido rechaçada como "conservadora e de direita" (FRÍAS FILHO, 1987, p. 31), e como "pequeno burquesa", no mesmo sentido (GENRO FILHO, 1987, p. 175), numa virtual identidade de oposições entre a prática do capital e uma teoria que pretende se opor a ela. Bombardeada pelos dois lados, a possibilidade deste tipo de jornalismo, que pela definição seria o único autêntico, parece que efetivamente agoniza.

A redução do espaço da subjetividade dos jornalistas na prática profissional é constatada por eles próprios (FRANCIS, 1986, p. 86), e corresponde a uma redefinição dos padrões da atividade, adotada contra a resistência da categoria (FRIAS FILHO, 1987, p. 31). Objetivamente, esta redefinição representa uma redução crescente da produção de representações da realidade pelo jornalismo, e sua substituição pela reprodução dos conhecimentos produzidos por outras instituições sociais (MONTORO, 1973, p. 300), ou pela incorporação da metodologia dessas outras instituições na busca de uma visão "mais científica e menos ideológica da sociedade capitalista" (LINS DA SILVA, 1986, p. 36).

A dissolução da realidade política pela realidade técnica não é um fenômeno restrito ao jornalismo, mas uma tendência do capitalismo em sua etapa atual (BARBERO, 1984, p. 1-3). Corresponde a uma transformação no modo de produção, com o fim da etapa da expansão imperialista e a consumação da transnacionalização. Esta tendência, no entanto, se manifesta de maneira mais forte na periferia do sistema, o que de certa maneira se reflete no jornalismo: observando-se os efeitos das reportagens de Bob Woodward sobre a CIA, e de Jânio de Freitas sobre a Ferrovia Norte-Sul, quase simultâneas, conclui-se onde o capitalismo abre mão da realidade política e do jornalismo.

A superestrutura da sociedade, porém, não reflete a estrutura de maneira mecânica. Existem diferenças qualitativas entre as diversas esferas da vida social que se influenciam reciprocamente (BAKHTIN, 1986, p. 39). O jornalismo tem uma racionalidade própria, que se desenvolveu historicamente, e por isso a tentativa de lhe impôr uma racionalidade que lhe é estranha encontra resistência, e precisa ser implantada "na marra" (FRIAS FILHO, 1987, p. 31).

Cada campo de criatividade ideológica tem o seu próprio modo de orientação em relação à realidade. Cada um reflete e refrata a realidade à sua maneira, a partir de sua função na vida social (BAKHTIN, 1986, p. 33). O jornalismo, que tem a sua história vinculada à da burguesia (GENRO FILHO, 1987, p. 179), desenvolveu a sua maneira de refletir e refratar a realidade a partir das funções que assumiu. A função de instrumento de luta de classes, função política, foi útil à burguesia enquanto durou a fase de expansão do modo de produção, até o aniquilamento dos modos anteriores (MEDITSCH, 1986, p. 167). A partir daí, esta função torna-se inoportuna.

Para os jornalistas, no entanto, a função política inerente à atividade não pode simplesmente desaparecer, porque se manifesta no cotidiano de maneira explícita. Seja na relação com as suas fontes, no interesse que evidenciam em "plantar", distorcer e sonegar informações (CASOY, 1986, p. 21), seja nas relações com o poder, nas suas seduções (DIMENSTEIN, 1986, p. 59) e ameaças (ROSSI, 1986, p. 45), seja na repressão a que está submetido na empresa (LINS DA SILVA, 1986, p. 33), ou seja no resultado que eventualmente o seu trabalho provoca (SINGER, 1986, p. 15), o jornalista aprende que participa da sociedade numa função mediadora (VIEIRA PINTO, 1969, p. 136-8), e que é instrumento de opressão e oprimido nesse papel (MONTORO, 1973, p. 299).

A maneira explícita como jornalismo reflete a questão do poder e revela o seu caráter subjetivo (ABRAMO, 1986, p. 40; KOTSCHO, 1986, p. 98) foi que determinou a sua utilidade como forma de representação da realidade para a burguesia, e agora determina a sua substituição por uma racionalidade que oculta os sujeitos e entifica os processos como se eles se fizessem acima dos homens (VIEIRA PINTO, 1969, p. 126). Não é o que ele refrata, como às ve-

zes a ciência nos leva a acreditar (MARCONDES FILHO, 1986, p. 39-49), mas o que ele revela, o que determina a sua superação. É o que ele tem de arguto, e não o que tem de ingênuo (GENRO FILHO, 1986, p. 155), que implica no seu abandono pela burguesia. É o que tem de negador (CHAUÍ, 1981, p. 13) que leva à sua negação.

Superado o valor de uso para a classe que o controla, o jornalismo passa a interessar apenas pelo seu valor de troca. Como mercadoria, abstratificado de seu conteúdo, deve mudar de qualidade, sobreviver apenas pelo seu aspecto formal. Seja como espetáculo, no produto destinado ao consumo das massas, no noticiário padrão da TV (MARCONDES FILHO, 1986, p. 52), seja como "prestige paper", destinado ao consumo das elites da periferia (FRIAS FILHO, 1987, p. 32), deve esvaziar-se de seu componente de fala e transformar-se em puro discurso, grau zero da fala (LEFÉBVRE, 1966, p. 329-30).

Porém, onde persiste o sujeito persiste a fala no discurso, e por isso os empresários não podem ser condescendentes na destruição da subjetividade dos jornalistas (LINS DA SILVA, 1986, p. 33). Alguns descobriram, na filosofia e nas ciências sociais, o instrumental teórico para justificar e operacionalizar a busca de seus objetivos (FRIAS FILHO, 1986, p. 9). Isso é possível porque a racionalidade do capitalismo se instaurou nessas teorias, pelo poder da morte nelas embutido.

A racionalidade do poder da morte é perfeita para operar a transformação do jornalismo. Por um lado, é coerente com a racionalidade do trabalho alienado na indústria (LINS DA SILVA, 1986, p. 31-6); por outro, produz um discurso com mais prestígio, seja no sentido prestigioso (PRETI, 1982, p. 30), que lhe confere valor de troca no mercado de consumo da elite periférica, seja no sentido prestigioso, valorizado no mercado popular.

O poder da morte também se encarrega de mostrar que esse é o preço do progresso. Resistir a ele seria como querer voltar ao passado. Aos jornalistas românticos, que vêem a sua profissão como uma forma de combate (ABRAMO, 1986, p. 38), resta a submissão.

## CONTRA A FATALIDADE

Quando uma classe apropria-se do aspecto subjetivo da cultura, torna-se dona das idéias e das finalidades a lhes dar (VIEIRA PINTO, 1969, p. 130). Então as finalidades dessa classe passam a ser apresentadas pelas idéias como fatalidades. O que distingue a dialética da lógica formal do poder da morte é o abandono da idéia de fatalidade na prática humana (VIEIRA PINTO, 1969, p. 214-5).

Existem, no entanto, leituras da dialética que a interpretam à luz da lógica formal, quando o que se tem que fazer é interpretar a inegável mas limitada utilidade da lógica formal à luz da dialética (VIEIRA PINTO, 1969, p. 162). Na formalização equivocada da dialética, a forma absorve o conteúdo, de modo que a contradição existente entre conteúdo em mudança e forma imóvel fica substituída pela idéia universal, abstrata, invariável, resultado da ocultação do conteúdo pela forma (VIEIRA PINTO, 1969, p. 194).

Não há nada mais fatal ou absoluto para a lógica formal do que a idéia de progresso. O novo surge porque é o que necessariamente deveria acontecer, por via das relações de causalidade lineares, mecânicas, de concordância do efeito com a causa: o que surge não é entendido como determinado por contradição com a reali-

dade anterior mas, ao contrário, numa continuidade de transição regular e tranqüila (VIEIRA PINTO, 1969, p. 187-8).

Essa regularidade, no campo da produção ideológica, decorre da acumulação do conhecimento, através da qual cada vez se sabe mais sobre o mundo. Pela matematização da realidade, a lógica formal proclama que saber mais é saber melhor (VIEIRA PINTO, 1969, p. 166). Fatalmente, então, pela acumulação, o conhecimento que se tem hoje do mundo é melhor do que o que se tinha ontem, e só é superável pelo conhecimento que se terá amanhã, com mais acumulação, num processo infinito de auto-superação e progresso do conhecimento (SCHAFF, 1971, p. 72 e 76).

A consequência desse raciocínio é o surgimento do "hemerocentrismo", a crença segundo a qual o conhecimento que se tem hoje do mundo é a realização máxima possível (VIEIRA PINTO, 1969, p. 92). Por meio dele, institui-se a obrigatoriedade de uma verdade, que deve ser universalmente aceita (SCHAFF, 1971, p. 62).

Transposto para a prática social, o mesmo raciocínio leva à crença de que a realidade de hoje é melhor do que a de ontem e será melhorada pela de amanhã. E institui-se a obrigatoriedade desta realidade, pela fatalidade do progresso da acumulação, a tal ponto que ser progressista ou conservador passa a ser visto não mais na perspectiva de uma mudança qualitativa neste processo, mas na manutenção de sua regularidade (JAPIASSÚ, 1975, p. 85).

Quando nega a existência de finalidades concretas, seja na prática social ou no conhecimento (GENRO FILHO, 1987, p. 160), a análise dialética aceita a fatalidade apresentada pelas idéias da classe dominante, e fica prisioneira dela. A dialética se formaliza, produz ainda explicações sobre o mundo, mas não produz mais a sua transformação qualitativa.

A dialética que, ao contrário, não se deixa aprisionar pela lógica formal, mas a absorve, a nega e a supera, vê a prática da ação humana como único critério de toda a racionalidade: a prática do homem que não está condicionado fatalmente ao ambiente, mas se move por finalidades (VIEIRA PINTO, 1969, p. 214-5). Para essa dialética, a realidade não é um setor da matemática (JAPIASSÚ, 1975, p. 83), mas a matemática é um setor da realidade histórica (VIEIRA PINTO, 1969, p. 91).

O conceito da causalidade linear, próprio da lógica formal, é substituído pela categoria do determinismo contraditório. Através dela o antecedente, que na perspectiva formal constitui absolutamente a causa do conseqüente, só o é relativamente. Não haveria a causalidade com o sentido direcional do primeiro para o segundo se este não estivesse contido, sob alguma forma, na possibilidade da dinâmica do primeiro. Com isso o efeito, ainda antes de existir materialmente, torna-se o termo das relações internas objetivas com o seu antecedente causal, e portanto um dos elementos que influi para constitui-lo (VIEIRA PINTO, 1969, p. 209-10).

Não há nenhuma ilogicidade em que o efeito seja concebido como condicionamento de sua causa, pois a noção desta o contém, a princípio como possível e depois como atual, em virtude de figurarem ambos, causa e efeito, no fluxo do processo universal, que não os diferencia por simples sucessividade mas pelo conteúdo racional que ambos incorporam (VIEIRA PINTO, 1969, p. 210). Diante do determinismo contraditório, a idéia linear de progresso não se sustenta, nem a concepção burguesa de progressismo.

O comportamento dialético não consiste em pensar a contradição, mas em

pensar por contradição. A primeira atitude seria a posição na qual o pensador se conservaria fora da contradição, a examinaria e enunciaria à distância. A segunda, a de instalar-se no meio das contradições objetivas e pensá-las e expô-las de dentro delas (VIEIRA PINTO, 1969, p. 211).

Instalada nas contradições, a dialética não admite nenhum axioma teórico (GENRO FILHO, 1987, p. 160), porque desvenda o caráter formal de toda a teoria e a impossibilidade da realidade ser encerrada em alguma representação (VIEIRA PINTO, 1969, p. 200). A manifestação do pensamento, necessariamente formal, se contradiz com a realidade móvel (VIEIRA PINTO, 1969, p. 191), e essa contradição não deve ser só reconhecida, mas precisa ser expressada (VIEIRA PINTO, 1969, p. 206).

Como produção ideológica, o jornalismo não tem na ciência ou na filosofia clássica o seu oposto positivo. O que se opõe a cada uma dessas formas de representar a realidade, e a todas elas, é a totalidade concreta. Por isso, analisar uma delas segundo os parâmetros estipulados pelas outras não se justifica a não ser por suas conseqüências práticas.

A racionalidade do jornalismo, dando-se, precisa ser desvendada a nível do particular, para depois ser relacionada com a racionalidade mais ampla, da práxis social, a que se contrapõe (BAKHTIN, 1986, p. 39-44). A consciência não se objetiva negando a subjetividade da teoria, ela só se objetiva materializando-se na ação, intervindo no concreto (BAKHTIN, 1986, p. 118).

Intervindo no concreto, existem jornalistas que, em nome de uma paixão, se preocupam em descobrir o que é escondido da população, contar bem contado e lutar até o fim do processo de feita do jornal para que a informação chegue ao público, enfrentando o medo e o conformismo (KOTSCHO, 1987, p. 5). A direita é contra essa atitude, que considera de direita, e uma posição teórica nascida na pequena-burguesia aconselha a desistir dela, por ser pequeno-burguesa. Talvez tenham razão, porque os jornalistas lutam com as palavras, e para isso necessitam que elas signifiquem o que dizem.

## *Bibliografia*

1. ABRAMO, C. (1986) Jornalismo versus jornalistas. in FOLHA DE S. PAULO, Seminário de Jornalismo. S. Paulo, FSP, 1986, p. 37-41.
2. ALVES, R. (1987) Filosofia da Ciência: Introdução ao Jogo e suas Regras. S. Paulo, Brasiliense, 1987 209p.
3. BAKHTIN, M. (1986) Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Hucitec, 1986, 196 p.
4. BARBERO, J. M. (1984) La comunicación desde la cultura. Medellín, XVI Congreso Nacional de Español y Literatura, 1984 23 p.
5. CASOY, B. (1986) Um jornalismo sem rosto. in FOLHA DE SÃO PAULO, op. cit. p. 17-22.
6. CHAUI, M. S. (1981) Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas. São Paulo, Moderna, 1981.
7. DIMENSTEIN, G. (1986) As armadilhas do poder. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 57-63.

8. FEYERABEND, P. (1979) Consolando o especialista, in LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A., A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento., São Paulo, Edusp/Cultrix, 1979 p. 244-84.
9. FRANCIS, P. (1986) O jornalismo brasileiro e o norte-americano. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 85-9.
10. FREIRE, R. (1987) Sem Tesão não há Solução. Rio, Editora Guanabara, 1987.
11. FRIAS FILHO, O. (1986) Apresentação. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 7-9. (1987) Entrevista a Dante Mattiussi e Paulo Markun in Revista Imprensa nº 1. São Paulo, Feeling, 1987 p. 30-6.
12. GENRO FILHO, A. (1987) O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987 230 p.
13. HIMMELHEBER, M. (1972) Os limites do progresso técnico. São Paulo, Com-Arte, 1972 27p.
14. JAPIASSÚ, H. (1975) O Mito da Neutralidade científica. Rio, Imago, 1975 187p.
15. KONDER, L. (1983) Barão de Itararé, o Humorista da Democracia. São Paulo, Brasiliense, 1983 70 p.
16. KOSÍK, K. (1986) Dialética do Concreto. Rio, Paz e Terra, 1986 230 p.
17. KOTSCHO, R. (1986) A reportagem feita de gente. in FOLHA DE S. PAULO, Op. cit. p. 97-101. (1987) A paixão, segundo Kotscho. in Jornal Unidade nº 94, São Paulo, Sindicato dos Jornalistas, 1987.
18. LEFÉBVRE, H. (1966) A Linguagem e a Sociedade. Lisboa, Ulisséia, sd. 337 p.
19. LINS DA SILVA, C. E. (1986) Romantismo e Industrialização. in FOLHA DE SÃO PAULO, op. cit. p. 31-6.
20. MARCONDES FILHO, C. (1986) O Capital da Notícia. São Paulo, Ática, 1986 188 p.
21. MARX, K. (1982) Para a Crítica da Economia Política, São Paulo, Abril Cultural, 1982 (Série Os Economistas).
22. MCLUHAN, T. C. (org) (1986) Pés Nus sobre a Terra Sagrada. Porto Alegre, L&PM, 1986 120p.
23. MEDITSCH, E. (1986) Positivismo Prático e Crítica Teórica. in Comunicações e Artes nº 17. São Paulo, Eca-Usp, 1986 p. 165-74.
24. MONTORO, J. A. (1973) Periodismo y Literatura. tomo II. Madrid, Guadarrama, 1973 327 p.
25. PRETI, D. (1982) Sociolinguística, os níveis da fala. São Paulo, Nacional, 1982.
26. ROSSI, C. (1986) No exterior, um naufrágio. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p.43-9
27. SCHAFF, A. (1971) La objetividad del conocimiento a la luz de la sociología del cono-

cimiento y del análisis del lenguaje in VERÓN, E. (org.) El Proceso Ideológico. Buenos Aires, Tempo Corriente, 1971.

28. SCHEURMANN, E. (org.) (1984) O Papalágui. Lisboa, Antígona, 1984 137 p.
29. SINGER, A. (1986) O fato contra a monotonia. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 11-15.
30. VIEIRA PINTO, A. (1969) Ciência e Existência. Rio, Paz e Terra, 1969 537p.

11. KREMER, R. (1987) O processo de mudança da linguagem em São Paulo. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 11-15.

12. GONÇALVES FILHO, A. (1987) O estudo da mudança da linguagem em São Paulo. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 11-15.

13. Himmelfarb, M. (1973) Os limites do progresso técnico. São Paulo, Casa Amarela.

14. KOSIK, K. (1986) Dialética do Concreto. São Paulo, Paz e Terra, 1986 230 p.

15. KOSIK, K. (1986) Dialética do Concreto. São Paulo, Paz e Terra, 1986 230 p.

16. KOSIK, K. (1986) Dialética do Concreto. São Paulo, Paz e Terra, 1986 230 p.

17. KOSIK, K. (1986) Dialética do Concreto. São Paulo, Paz e Terra, 1986 230 p.

18. LEFEBVRE, H. (1966) A Linguagem e a Sociedade. Lisboa, Livros Horizonte, 1966 337 p.

19. LINS DA SILVA, C. E. (1986) Romantismo e industrialização. in FOLHA DE SÃO PAULO, op. cit. p. 31-6.

## Bibliografia

20. MARCONDES FILHO, C. (1986) O Capital da Indústria. São Paulo, Paz e Terra, 1986 188 p.
21. MARX, K. (1982) Para a Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
22. MCLUHAN, T. C. (org.) (1966) Para Além da Tecnologia. São Paulo, L&PM, 1966 190 p.
23. MEDTSCH, E. (1986) Positivismo Fático e Crítica Técnica. in Comunicações e Anos.
24. MONTORO, J. A. (1973) Positivismo y Literatura. tomo II. Madrid, Guadarrama, 1973.
25. PIRELLA, G. (1986) O processo de mudança da linguagem em São Paulo. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 11-15.
26. ROSSI, C. (1986) No exterior, um português. in FOLHA DE S. PAULO, op. cit. p. 11-15.
27. SCHAFER, A. (1971) La objetividad del conocimiento a la luz de la sociología del conocimiento.